

Da festa ao ativismo no Quilombo da Liberdade: a atuação de mulheres no Bumba Meu Boi durante a pandemia de Covid-19

From celebration to activism in the Quilombo da Liberdade: the role of women in the Bumba Meu Boi during the Covid-19 pandemic

Luciana Gonçalves de Carvalho

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil

Wilmara Aparecida Silva Figueiredo

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

RESUMO

Os bairros de Camboa, Diamante, Fé em Deus, Liberdade e Sítio do Meio integram o quilombo urbano da Liberdade, o primeiro da categoria a ser certificado pela Fundação Cultural Palmares no Maranhão, precisamente em 2019. Localizado nas margens do rio Anil, na porção central de São Luís, o quilombo concentra cerca de 160 mil habitantes, muitos deles oriundos da Região de Planejamento do Litoral Ocidental e da Baixada Maranhense, regiões que concentraram grande número de negros escravizados. A população da Liberdade também é majoritariamente negra e, apesar de sua histórica situação de vulnerabilidade social, é responsável por uma vivaz produção cultural, expressa em inúmeras celebrações, entre elas o bumba meu boi, que dinamiza o turismo e a economia local. No contexto da pandemia de covid-19, por força do isolamento social mandatário, os bois não puderam realizar apresentações em arraiais e tiveram de suspender ensaios e ritos públicos comumente realizados em suas sedes. A vida no quilombo foi sensivelmente afetada: as líderes de dois dos mais antigos e respeitados bois do Maranhão, o Bumba Meu Boi da Liberdade e o Bumba Meu Boi da Floresta, foram instadas a criar estratégias simultâneas de celebração e ativismo social, com o duplo objetivo de assegurar a execução de ritos sagrados e prestar ajuda humanitária a brincantes e vizinhos necessitados. Este artigo aborda as estratégias acionadas pelas dirigentes dos referidos bois, duas mulheres negras que têm usado a sensibilidade feminina e a força da tradição e do prestígio de seus grupos culturais em prol do bem-estar comunitário.

Palavras-chave: Bumba Meu Boi do Maranhão, Pandemia de covid-19, Ativismo social.

Recebido em 19 de junho de 2022.

Avaliador A: 20 de julho de 2022.

Avaliador B: 25 de julho de 2022.

Aceito em 29 de setembro de 2022.



ABSTRACT

The neighbourhoods of Camboa, Diamante, Fé em Deus, Liberdade and Sítio do Meio are part of the urban *quilombo* of Liberdade, the first in this category to be certified by the Fundação Cultural Palmares in Maranhão, precisely in 2019. Located on the banks of the Anil river, in the central portion of São Luís, the *quilombo* is home to about 160,000 inhabitants, many of them from the Maranhão West Coast and Baixada Maranhense, regions that concentrated many enslaved black people. The population of Liberdade is also mainly black and, despite its historical situation of social vulnerability, is responsible for a lively cultural production, expressed in numerous celebrations, including the *bumba meu boi*, which boosts tourism and the local economy. In the context of the covid-19 pandemic, due to mandatory social isolation, the *bumba meu boi* could not perform in festivals and had to suspend rehearsals and public rites commonly held in their headquarters. Life in the *quilombo* was significantly affected. The leaders of two of the oldest and most respected *bumba meu boi* groups of Maranhão, *Bumba Meu Boi da Liberdade* and *Bumba Meu Boi da Floresta*, were urged to create simultaneous strategies of celebration and social activism, with the dual objective of ensuring the execution of sacred rites and providing humanitarian aid to partners and neighbors. This article addresses the strategies employed by the leaders of the aforementioned cultural groups and the two black women who have used their female sensibility and the strength of tradition and the prestige of their cultural groups for the benefit of the well-being of the community.

Keywords: Bumba Meu Boi of Maranhão, Covid-19 pandemic, Social activism.

INTRODUÇÃO

Em um cenário conturbado pela diminuição dos investimentos federais em cultura e pelo desmonte das políticas públicas criadas na primeira década dos anos 2000 (CALABRE, 2020), a pandemia de covid-19 se alastrou pelo Brasil a partir de março de 2020, causando sensíveis prejuízos a todo o setor cultural. As medidas de distanciamento social implementadas com o objetivo de evitar a contaminação da população pelo vírus SARS-CoV-2 implicaram o cancelamento de festividades, espetáculos, feiras e demais eventos culturais em todas as regiões do país; foi mantida apenas a realização das atividades consideradas essenciais. Em diversas localidades, houve períodos de *lockdown*, com severa restrição à entrada e à circulação de pessoas.

Em São Luís, capital do Maranhão, o primeiro caso de covid-19 foi confirmado em 20 de

março de 2020. No dia seguinte, o governador Flávio Dino decretou medidas que suspendiam atividades e serviços não essenciais por 15 dias, prorrogadas algumas vezes até a determinação do *lockdown* na ilha Upaon-Açu, onde fica São Luís, a partir do dia 3 de maio de 2020 (PEREIRA, 2020). Logo, faltando pouco mais de 30 dias para o início dos festejos juninos, os grupos de bumba meu boi (também chamado de bumba-boi ou simplesmente boi), principal atração do calendário festivo maranhense, viram-se impedidos de brincar e celebrar o São João.

Foi nesse contexto que Cláudia Regina Avellar Santos (Regina) e Nadir Olga Cruz envolveram seus grupos de bumba meu boi, o Bumba Meu Boi da Liberdade e o Bumba Meu Boi da Floresta, em trabalhos voluntários para prestar auxílio à população do quilombo urbano da Liberdade, sede de ambos os grupos. Essas duas mulheres, respectivamente filha e viúva de renomados donos (líderes) de boi, são as protagonistas das ações ora narradas e comentadas.

Regina preside o Bumba Meu Boi da Liberdade, estabelecido no bairro homônimo por seu falecido pai, Leonardo Martins Santos, em 1957. De acordo com o inventário de referências culturais elaborado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Leonardo nasceu em 1921, no município de Porto Rico, localizado na Região de Planejamento do Litoral Ocidental, o chamado Litoral Ocidental Maranhense, e começou a brincar boi com sete anos de idade. A partir dos 19 anos, tendo migrado para São Luís, voltava ao interior anualmente para brincar boi. Em 1950, participou do grupo de um antigo dono de boi, conhecido como Medônio. Após um desentendimento com ele, fundou o próprio grupo, que se tornou um dos bois de zabumba mais respeitados do Maranhão. Faleceu em 2004, mas até os dias atuais sua casa, em cuja sala há um altar ornado com imagens de São João e outros santos, luzes e velas acesas, é o ponto de referência e reunião dos membros do grupo (CNFCP, 2002).

Nadir preside o boi herdado de seu falecido esposo, Apolônio Melônio, que, sendo natural do município de São João Batista, localizado na Baixada Maranhense, se mudou para a capital em 1939 (CNFCP, 2002). Brincante de boi desde 1926, quando tinha oito anos de idade, Apolônio também retornava ao interior para os festejos juninos desde que migrara e já havia passado pelo comando de diversos grupos quando fundou, em 1972, o Paz do Brasil – Turma de São João Batista, mais comumente referido como Boi de Apolônio ou Boi da Floresta, por ficar no logradouro homônimo, no bairro da Liberdade (CNFCP, 2002).

Este artigo focaliza as ações desenvolvidas nos bois comandados por Nadir e Regina nos anos mais críticos da pandemia (até então), 2020 e 2021, a partir de seus relatos pessoais. Tais relatos foram registrados em três tipos de situação: em duas *lives* sobre o impacto da pandemia na festividade do boi, mediadas pela primeira autora em 2020; em conversas informais mantidas por telefone e aplicativos de mensagem de 2020 até o presente; e em reuniões presenciais

realizadas pela segunda autora com o objetivo de discutir ações patrimoniais em curso no quilombo da Liberdade.

É importante destacar que as autoras têm relação de longa data com o bumba meu boi, em virtude de suas pesquisas acadêmicas e trajetórias profissionais, trilhadas desde o início dos anos 2000 no campo da cultura popular maranhense¹, e essa condição, sem dúvida, favoreceu o acesso às protagonistas das ações ora narradas, mesmo em um período de distanciamento social. Por outro lado, os contatos com Nadir e Regina, bem como as notícias que nos chegavam da parte dos grupos em geral, revelavam situações inusitadas que o conhecimento acumulado sobre o bumba meu boi não permitia vislumbrar. Sem a festa, o bairro da Liberdade em que transitamos no passado para ir a ensaios, batizados, mortes e outros momentos do ciclo ritual do boi, mostrou outras facetas.

Observar o bairro da Liberdade nas festas de bumba meu boi é uma experiência multissensorial que afeta a percepção do lugar. Os sons dos instrumentos musicais, os cânticos vocalizados, os movimentos vigorosos das danças, as cores e o brilho das indumentárias, os cheiros e sabores das comidas e bebidas oferecidas, o choro dos devotos e pagadores de promessas, o riso alegre dos reencontros, tudo isso é inebriante e ofusca dimensões da vida cotidiana das pessoas e do lugar. Na ausência da festa, saltam aos olhos agruras do dia a dia, bem como as estratégias para lidar com elas. A ruptura do ciclo festivo em 2020 e 2021 permitiu entrever nos bois práticas de ativismo social voltadas aos seus membros e à população em geral do quilombo da Liberdade.

O ativismo social é apresentado por Souza (2009, p. 10) como um conceito intermediário entre a ação coletiva e o movimento social: “assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social”². A partir dessa noção, entendemos como formas de ativismo social no quilombo diversos tipos de ações empreendidas pelos grupos de bumba meu boi a fim de buscar soluções concretas para suas demandas e necessidades.

¹ Luciana Carvalho foi coordenadora do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão, realizou pesquisa de doutorado sobre as performances cômicas da brincadeira e articulou a *live* “Bumba meu boi-bumbá”, da qual participou Nadir, e o *webinar* promovido pelo Comitê de Museus e Patrimônios da ABA, com a participação de Regina. Wilmara Figueiredo trabalhou no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF), foi gestora da Casa do Maranhão, supervisora da pesquisa complementar do INRC do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão e hoje é madrinha de alguns bois em São Luís. Atualmente trabalha na Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), responsável por um projeto de inventário cultural do quilombo da Liberdade.

² O autor reserva a expressão “movimento social” para designar “ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas” (SOUZA, 2009, p. 9-10).

Para comentar essas ações, a fim de contribuir na construção de um panorama das estratégias adotadas por grupos produtores da cultura popular contemporânea no enfrentamento da suspensão de calendários festivos durante a pandemia de covid-19, estruturamos este artigo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. As duas próximas seções fornecem uma visão geral do bumba meu boi e do quilombo urbano da Liberdade, ou seja, do cenário em que se passam as ações narradas. Ambas se baseiam em referências bibliográficas e conhecimentos acumulados pelas autoras nos últimos 20 anos. Na última seção, tomando como ponto de partida os relatos de Regina e Nadir, são abordados os impactos da pandemia sobre o bumba meu boi e as principais ações que despontaram como indicativos de uma articulação potencialmente vigorosa da cultura popular com o ativismo social no quilombo.

VISÃO GERAL DO BUMBA MEU BOI

O bumba meu boi é considerado a maior manifestação cultural popular do Maranhão e é associado à identidade maranhense por diversos pesquisadores e agentes culturais, como se pode depreender de um número expressivo de pesquisas dedicadas ao tema, realizadas em diferentes áreas de conhecimento e períodos históricos. Destacamos, entre elas, produções de intelectuais do próprio estado, ligados a instituições atuantes no campo do folclore e da cultura popular, como Carlos de Lima (1982), Maria Michol Carvalho (1995), José de Ribamar Sousa dos Reis (2001), Ester Marques (1999) e Arinaldo Martins de Sousa (2021), para citar apenas alguns.

Especificamente no campo antropológico, à etnografia fundamental de Regina Prado (1977) sucederam-se diversas outras que tematizam uma miríade de aspectos do bumba meu boi. Os trabalhos de Abmalena Sanches Santos (2003), Lady Selma Albernaz (2004), Luciana Carvalho (2011) e Maria da Conceição Cano (2018), por exemplo, demonstram e analisam a complexidade dessa brincadeira popular a partir de abordagens tão diversificadas quanto profundas. Não cabendo retomá-las aqui, limitamo-nos a apresentar algumas informações gerais sobre o boi, julgadas importantes para a compreensão do contexto das ações abordadas.

O primeiro aspecto a assinalar é que no Maranhão existem centenas de bois, em grande parte criados como pagamento de promessas a São João. Inúmeros brincantes ingressam e permanecem neles pelo mesmo motivo, pois creem que a brincadeira agrada e satisfaz o santo. Com efeito, São João é considerado padroeiro do bumba meu boi e o principal homenageado

nos nomes dos grupos, bem como em suas toadas e indumentárias. Outrossim, é na quadra joanina que os festejos de bumba meu boi se concentram e intensificam, embora cada grupo desenvolva um ciclo festivo anual mais longo. O primeiro ensaio dos grupos geralmente ocorre no Sábado de Aleluia; a fase pública de apresentações em arraiais é inaugurada na véspera do Dia de São João, com o ritual de batizado do boi; por fim, o encerramento do ciclo corresponde à morte do boi, que ocorre em datas móveis no segundo semestre do ano.

O segundo ponto a observar é que os grupos de bois são tão diferentes – no que tange às suas performances musicais e dramáticas, às indumentárias usadas e às feições do próprio boi de brincar (o artefato), entre outros aspectos – que se convencionou classificá-los em cinco sotaques. Cada sotaque tem características próprias, e supõe-se que sejam ligados a regiões de origem: zabumba (município de Guimarães), Baixada (microrregião da Baixada Maranhense), costa-de-mão (município de Cururupu), matraca (Ilha de Upaon-Açu, onde fica São Luís) e orquestra (rio Munim). Há ainda bois que não se enquadram em nenhum deles (IPHAN, 2011).

Para Carvalho (2011, p. 199), a classificação dos bois em sotaques apoia-se em “uma série de critérios cuja relevância varia de acordo com os contextos em que se invocam as diferenças” (CARVALHO, 2011, p. 199) para explicar ou justificar práticas, atitudes e relações. Os sotaques são vistos como variantes do “idioma boieiro”, às quais correspondem códigos e sinais diacríticos que fazem esse idioma operar tanto nos bois quanto nos círculos externos a eles.

Tendo delimitado sua pesquisa no universo do sotaque de zabumba, a referida pesquisadora chama atenção para o acionamento do critério racial por alguns autores locais. É o caso de Azevedo Neto (1997), que adota uma classificação singular dos bois, dividindo-os em três grandes grupos: africano, indígena e branco, enquadrando no primeiro os bois de zabumba. Lima (1982, p. 4) vai além – refere-se aos bois desse sotaque como os “mais África” e observa neles “o ritmo [...] diferente, mais lento, chamando senzalas e mocambos, num compasso de soca-pilão” (LIMA, 1982, p. 4). Michol Carvalho (1995, p. 48), por sua vez, afirma que nesse sotaque “a presença africana é mais incisiva” e que seu ritmo “lembra a melancolia do banzo ou a tristeza das senzalas”.

Embora reconheçamos que, como reparou Albernaz (2004), o bumba meu boi é mais frequentemente apresentado como produto da miscigenação de negros, indígenas e brancos, tal qual uma versão boieira da fábula das três raças analisada no clássico texto de Da Matta (1984), o uso do critério racial também é significativamente difundido no campo da brincadeira. Para os fins deste artigo, parece-nos importante chamar atenção para esse fato, uma vez que as referências à negritude e à ancestralidade africana são constitutivas da própria noção jurídica

de quilombo (BRASIL, 1988), e os bois ora focalizados estão sediados no primeiro quilombo urbano certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no Maranhão—. Para finalizar esta seção, assinalamos um terceiro aspecto fundamental, relativo aos agenciamentos políticos que, ao longo da história recente, propiciaram ao bumba meu boi o valor simbólico que ora assume. Referido pela primeira vez na imprensa maranhense em 1861 como um “estúpido e imoral folguedo de escravos [...] oposto à boa ordem, à civilização e à moral” por um autor intitulado “Um Amigo da Civilização” (BUMBA MEU BOI, 1861, n. p. apud PRADO, 1977, p. 118), o boi foi reprimido pela polícia e impedido de cruzar a área central de São Luís até os anos 1950 (MARQUES, 1999). A partir da década de 1960, porém, uma série de mudanças graduais nas políticas culturais no Brasil refletiu-se na progressiva incorporação dessa brincadeira ao calendário festivo oficial do Maranhão.

Em entrevista concedida a Carvalho (2011), o antropólogo Sérgio Ferretti apontou o populismo do estado, então governado por José Sarney, como um ingrediente importante nessa fase de valorização do boi e da cultura popular maranhense em geral.

A partir dos anos 60 [...] o governo Sarney também teve muito isso. Houve um populismo no governo militar. E também, aos poucos, começou a haver uma certa valorização da cultura popular. Aqui, com Dr. Domingos. Então essa rejeição – antigamente falava-se muito numa Atenas brasileira – começou a ser mudada. E a cidade foi crescendo, era uma cidade pequena. São Luís em 70 tinha menos de 200.000 habitantes. Em 2000 tinha cerca de 1 milhão de habitantes. Ela explodiu muito, multiplicou por cinco em 30 anos. E também, nisso tudo, o boi começou a ser mais bem visto, começou a entrar na cidade. Primeiro começou a haver arraiais dentro da cidade, na Praça Deodoro. Depois começou a haver arraiais em vários bairros. (FERRETTI, 2003 apud CARVALHO, 2011, p. 172).

Um dos fatores mais importantes nesse movimento foi a criação, em 1976, da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur), que, sob o comando de Zelinda Lima, passou a implementar uma série de ações de fomento a manifestações da cultura popular, tornadas potentes atrações turísticas (BRAGA, 2000). Nas décadas seguintes, as apresentações de bois em arraiais se tornaram o principal chamariz dos festejos juninos do estado (REIS, 2001). Além de congregar milhões de participantes e espectadores, passaram a movimentar o turismo nacional e internacional e a aquecer a economia maranhense, alcançando diversos segmentos sociais (CARVALHO, 1995; LIMA, 2004).

Albernaz (2004) chama atenção para o caráter mítico de narrativas correntes no Maranhão que enfatizam a atuação de José Sarney como personagem responsável por conectar o popular e o erudito e aproximar grupos socialmente desiguais. Um episódio em que um boi foi recebido para brincar no Palácio dos Leões, sede do governo estadual, é relatado por Zelinda Lima (2004) e outros intelectuais locais como o marco simbólico dessa conciliação que baliza a

“incorporação do boi aos significados de identidade maranhense” (ALBERNAZ, 2004, p. 47).

Para Sousa (2021), a apropriação do bumba meu boi por agentes estatais e intelectuais constituiu parte de um processo de invenção dessa expressão cultural como artefato político e objeto de interesse turístico. Com efeito, nos anos 1980, os bois já movimentavam o turismo nacional e internacional no Maranhão e aqueciam a economia do estado, alcançando diversos segmentos sociais (CARVALHO, 1995; LIMA, 2004). Inspirado por Canclini (1998), esse autor considera o bumba-boi maranhense um produto híbrido, forjado “tanto nos setores hegemônicos, quanto nos subalternos” (SOUSA, 2021, p. 48), e nos âmbitos local, nacional e mundial.

O auge do processo de turistificação do bumba-boi ocorreu no final do século XX, nas gestões de Roseana Sarney (1995-2002). Segundo Cardoso (2012), a governadora aprimorou os mecanismos de institucionalização das relações entre *órgãos de cultura* e grupos produtores de cultura popular de modo geral, além de abrir esse universo a grandes empresas por meio de parcerias e patrocínios. Dentre as políticas culturais introduzidas pela governadora, a autora destaca: a instituição do pagamento de cachês pelas apresentações dos bois, em 1995; a adoção de um “cadastro oficial” de grupos dotados de personalidade jurídica, portanto aptos a receber cachês, em 1997; a hierarquização dos bois em grupos para fins de pagamento de cachês; e a criação da Fundação Cultural do Maranhão (Funcma), em 1999 (CARDOSO, 2012).

Foi em sua primeira gestão que São Luís recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o título de Patrimônio Cultural Mundial. De 1997, data da titulação, até a primeira década do século XXI, o centro histórico da capital acolheu investimentos significativos em infraestrutura e equipamentos culturais. A Funcma então adotou, com financiamento mais volumoso, algumas dezenas de arraiais, denominados “vivas”. Foi ainda no mandato de Roseana Sarney, em 2001, que o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão se tornou objeto de um inventário de referências culturais executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Esse momento corresponde ao início da implementação da política federal de identificação, documentação e valorização do patrimônio cultural de natureza imaterial, baseada no Decreto nº 3.551/2000. Ao longo do processo de inventário, paralisado em 2004 e retomado pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (Iphan-MA) em 2007, a representatividade do boi maranhense foi demonstrada em diversas produções, culminando em um robusto dossiê (IPHAN, 2011) que subsidiou o registro dessa celebração como patrimônio cultural do Brasil em 2011. Em 2019, em meio a ações de salvaguarda executadas pelo Iphan-MA com representantes de grupos locais, o bumba meu boi maranhense conquistou o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

QUILOMBO DA LIBERDADE: DA MARGINALIDADE AO PROJETO PATRIMONIAL

O quilombo urbano da Liberdade, certificado pela Fundação Palmares³ em 2019, abrange os bairros Liberdade, Camboa, Diamante, Fé em Deus e Sítio do Meio, e cerca de 160 mil habitantes (REGIÃO..., 2018). O histórico da ocupação territorial dessa área remonta ao contexto colonial de escravização de africanos e seus descendentes, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, e às posteriores levas de migração do interior para a capital maranhense (ASSUNÇÃO, 2017).

O quilombo fica nas imediações do centro de São Luís, no entorno do rio Anil,⁴ uma das áreas em que a presença negra se fez mais significativa na cidade. Sua ocupação tem relação direta com o declínio e o fim da escravidão e com os fluxos migratórios atraídos pelo que Tribuzi (1981, p. 24) chamou de uma “vertigem industrial”, instalada entre antigos proprietários de terras no final do século XIX. Amparados em paradigmas de interpretação da realidade local recorrentes à época, que Almeida (2008) denominou “ideologia da decadência”, esses proprietários pautaram como saídas para a suposta decadência da lavoura a modernização e a industrialização do Maranhão (VIVEIROS, 1992). Dessa maneira, deram impulso à indústria têxtil no estado e à instalação de companhias de fiação e tecelagem na capital e nas cidades de Caxias e Codó, entre outras (SANTOS; PFLUEGER, 2019).

O complexo fabril instalado na zona central de São Luís teve como expoente a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses, inaugurada em 1890 no bairro da Camboa, na margem esquerda do rio Anil (SANTOS; PFLUEGER, 2019). Em seguida, outras fábricas abriram nas imediações, como a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, em 1891; a Companhia Progresso Maranhense, em 1892; a Companhia Lanifícios Maranhenses (Fábrica Santa Amélia), em 1892; a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, em 1893; a Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton, em 1893; e a Companhia Industrial Maranhense, em 1894. (DOURADO; BOCLIN, 2008; SANTOS; PFLUEGER, 2019).

3 O processo de certificação aparentemente contou com baixa participação das comunidades dos bairros e não está totalmente compreendido e absorvido por seus moradores, o que se expressa em divergências entre os próprios habitantes quanto ao sentimento de pertencimento à identidade quilombola, muito embora não hesitem em se identificar como negros. É notório que a concepção antropológica e jurídica de quilombo não esteja amplamente difundida na localidade, o que vem sendo discutido em outros trabalhos.

4 O rio Anil nasce no bairro Aurora e, ao longo de seus 13,8 quilômetros de extensão, percorre 55 bairros até desembocar na Baía de São Marcos (ALCÂNTARA, 2004).

O crescimento local deveu-se aos fluxos migrantes provenientes de comunidades negras rurais da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense, atraídos pelo complexo fabril (ASSUNÇÃO, 2017). Não havia, porém, moradias o suficiente para acolher essa população. As casas destinavam-se aos trabalhadores mais qualificados, enquanto aos operários restava construir palhoças ou recorrer a cortiços e baixos de sobrado “alugados e geralmente subdivididos para alojar várias famílias, onde anteriormente à abolição viviam os escravos” (SILVA, 2016, p. 44). Em 1896, a significativa carência habitacional levou a direção da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses a construir mais casas na Camboa, estimulando o fluxo de trabalhadores dispostos a se transferir para a capital, tendo assegurada a moradia (SILVA, 2016, p. 44).

Em 1918, a inauguração do matadouro municipal no antigo “Sítio Itamacaca, propriedade da Anastácia Jansen Pereira, onde antes havia um engenho de descascar arroz” (ALMEIDA, 2020, p. 4), atraiu mais moradores para as margens do rio Anil. O local, próximo ao mar e à estação central da Companhia Ferro-Carril, passou a se chamar bairro Matadouro e foi assim denominado até 1966, quando, em um plebiscito, seu nome foi substituído por Liberdade, que designa o quilombo contemporâneo (ASSUNÇÃO, 2017).

Nos anos 1940, duas usinas de beneficiamento de óleo de coco babaçu foram estabelecidas nas imediações do matadouro e da estrada de ferro (SILVA, 2016), atraindo novas ondas migratórias para a Bacia do Anil. Nas décadas de 1960 e 1970, investimentos públicos em infraestrutura e projetos de desenvolvimento na Amazônia Legal (que parte do Maranhão integra) propiciaram a criação de um polo industrial em São Luís, gerando expectativas de emprego e atraindo mais migrantes, de modo a consolidar a ocupação de bairros como Matadouro/Liberdade (RIO BRANCO, 2012).

Em relação a esse período, Silva (2016) destaca a progressiva degradação das condições de moradia na área, associada à crescente ocupação indevida dos manguezais do Anil (BEZERRA, 2008), principalmente por meio da multiplicação de palafitas. Em 1969, tais construções já abrigavam aproximadamente 16% da população local, ou seja, cerca de 40.000 habitantes em um total estimado em 251.389 (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p.86 apud VASCONCELOS, 2014, p. 47).

Apesar de por esta altura as três fábricas existentes terem já encerrado atividades, é justamente a partir da década de 1960 que acontecem as transformações mais visíveis daquele território, com a grande expansão provocada pela chegada de novos habitantes do interior, oriundos sobretudo da região da chamada baixada maranhense, um meio rural pobre e de passado escravagista. As línguas de terra onde se situava a Fábrica e o Matadouro, onde muitos residentes estavam já instalados, começam a não ter espaço para receber mais gente, ou as eventuais áreas vagas seriam caras. É nesse momento que se inicia a ocupação do mangue, área lamacenta de aluvião que se enche de água na maré cheia. Às palhoças e casas de barro vai-se juntar um novo

tipo de moradia: a palafita, habitação sobre estacas de madeira “construída na maré”. (SILVA, 2016, p. 69).

A ocupação desordenada, somada à especulação imobiliária, configurou um amplo território precariamente urbanizado no entorno do rio Anil, onde os bairros da Liberdade, da Camboa, da Fé em Deus e do Sítio do Meio, assim como seus moradores, majoritariamente negros, foram estigmatizados como pobres, violentos e perigosos (ASSUNÇÃO, 2017). Esses locais são frequentemente vistos como uma espécie de “lata de lixo social”, por força da naturalização da concepção da negritude como condição de subalternidade, conforme assinala Gonzalez (2020, p. 225).

Àqueles bairros têm sido destinados sucessivos programas autoritários de habitação e de segurança pública que, mais preocupados com o ordenamento e o controle territorial do que com a qualidade de vida das pessoas, têm ameaçado suas formas de existência na grande área da Liberdade (ALMEIDA, 2020). Em reação a essas políticas, tal como em outras cidades brasileiras (SONODA; ASSIS; SCHENKER, 2016), desde a década de 1980 ações coletivas organizadas, pontuais ou duradouras, surgiram como alternativas de contraponto ao descaso, à segregação, à violência e à usurpação de direitos historicamente sofridas pela população local.

O Movimento de Defesa do Favelados e Palafitados, o Movimento Quilombo Urbano, o Instituto Iziane Castro e o Centro de Integração Sociocultural Aprendiz do Futuro (Cisaf) são bons exemplos de organização na grande área da Liberdade (ASSUNÇÃO, 2017). Ademais, diversos grupos culturais formais e informais também têm atuado nas lutas locais por direitos e em projetos sociais, desde as “posses” de hip hop⁵ até as agremiações mais tradicionais como as de bumba meu boi, enfocados neste artigo. Nesse cenário é que foi fomentada a reivindicação do reconhecimento da área como quilombo urbano, num processo que contou com a atuação fundamental do Cisaf.

Segundo Almeida (2020), a ata de autodefinição do quilombo da Liberdade foi assinada em 2016, durante o Festival de Belezas Negras da Liberdade Quilombola (FBNLQ). Criou-se, então, a Gestão Quilombola, um grupo responsável pelas providências que levaram à certificação do quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 13 de novembro de 2019, por meio da portaria nº 192/2019.

A certificação referendou o fato de que, apesar de sua histórica situação de vulnerabilidade

⁵ As posses são descritas por Santos (2007, p. 103) como “núcleos que reúnem grupos de grafite, break, rap e moradores de determinado bairro para discutirem seus problemas imediatos e se organizarem no sentido de solucioná-los”.

social – ainda refletida em construções erguidas sobre palafitas, valas de esgoto a céu aberto, lixo, delitos, violências, tráfico de entorpecentes e baixo índice de desenvolvimento humano –, os bairros que integram o quilombo se caracterizam por uma expressiva produção cultural. Proveniente de casas de religiões de matriz africana, blocos carnavalescos, clubes de reggae e grupos de capoeira, bumba meu boi, tambor de crioula, cacuriá e outras brincadeiras tradicionais maranhenses, a cultura local é fonte de prestígio e reconhecimento para os moradores da grande área da Liberdade. De acordo com Nadir, o quilombo reúne “a maior diversidade cultural do estado [,] não tem igual. Só mapeado [*sic*] pela Secretaria de Igualdade Racial, nós temos aqui em torno de 80 agremiações culturais dos mais diferentes tipos” (CRUZ, 2020).

Devido à efervescência cultural dessa área, a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH)⁶ vem desenvolvendo desde fevereiro de 2021 ações preparatórias para a realização do Inventário de Referências Culturais do Quilombo Urbano da Liberdade, visando ao seu possível registro como patrimônio cultural (na categoria “lugar”) nas esferas federal e municipal. A FUMPH espera que o inventário seja um instrumento útil para a construção de políticas públicas e o desenvolvimento de práticas da economia criativa no quilombo e que, como resultado indireto da patrimonialização, ocorra a desejável melhoria da renda e da qualidade de vida dos moradores. Alguns deles, inclusive junto com comerciantes da área, também têm feito articulações junto à Secretaria Municipal de Turismo (Setur) a respeito de um roteiro de afro-turismo no “maior quilombo urbano da América Latina” (LIBERDADE..., 2021).

OS BOIS DA LIBERDADE E DA FLORESTA NA PANDEMIA: DA FESTA AO ATIVISMO

Os bois da Liberdade e da Floresta têm cerca de 160 componentes cada e estão no rol dos mais tradicionais e prestigiados do Maranhão. Entre outros atributos, eles têm um reconhecimento especial por parte dos agentes públicos do setor cultural, sendo enquadrados na faixa superior de cachês pagos por apresentação. Seus antigos donos, Leonardo e Apolônio, são até hoje lembrados e homenageados como grandes mestres, seus rituais já foram pesquisados e

⁶ Criada em 1997, a FUMPH é responsável pela política de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural de São Luís e pela promoção e difusão do patrimônio imaterial do município.

documentados por diversos pesquisadores⁷, e suas atuais líderes seguem as diretrizes do plano de salvaguarda executado pelo Iphan-MA com representantes de bois, também atuando como gestoras de projetos próprios com captação de recursos para seus bois via editais.

Em condições normais, comandar bois desse porte requer sólidas competências administrativas, organizacionais e contábeis, conhecimento das práticas rituais, sensibilidade e habilidade para lidar com pessoas e expectativas diferentes e frequentemente divergentes. Ser mulher e fazê-lo, contudo, requer qualidades adicionais, pois se trata de ambientes eminentemente masculinos, nos quais a maioria dos brincantes são homens. Também é preciso ter desenvoltura para apaziguar choques geracionais, uma vez que os bois congregam de jovens a idosos. Para Nadir e Regina, há, ainda, a pressão da inevitável comparação de seu desempenho com os dos falecidos Apolônio e Leonardo. De acordo com Regina,

[...] quando a gente está no palco é todo mundo batendo palmas, gente, é uma maravilha. Mas antes já teve confusão, bate-boca, muito fuxico, que faz parte dessas relações. E a gente vai criando estratégias de conviver dentro disso aí. Porque aqui no Boi da Liberdade não tem só novinho, tem muitos idosos ainda. Muitos idosos. E o trato [...] é bem diferente para a gente não magoar. Ainda fala assim, tudo que sai um pouquinho fora do padrão, eles falam: “Ah, já está mudando, se fosse Leonardo não tinha isso”. (SANTOS, 2020).

Em condições adversas como as criadas pela pandemia de covid-19 em 2020, as dificuldades de manter as comunidades boieiras unidas e seguras aumentaram consideravelmente. No que tange aos aspectos materiais, os bois e outras brincadeiras da cultura popular se viram desamparadas, não só porque as apresentações juninas foram suspensas, mas porque o orçamento público destinado à sua contratação em arraiais não foi revertido em outras ações voltadas aos grupos. Um brincante de boi que prefere manter o anonimato declarou:

Estamos à própria sorte. Muita gente adoeceu, morreu, passou necessidade, ficou depressivo. Vi boieiro de boi famoso saindo de cadeira de roda do hospital. Que eu saiba, ninguém de poder público chegou junto para nada e se chegou foi só para ele. São João é quem cuida e nos dá ânimo e fôlego para fazer. (Entrevista proferida em 2020 em São Luís; Caderno de Campo, 2020)

A suspensão da festa prejudicou a economia de famílias da Liberdade como um todo, pois muitas dependiam dos trabalhos executados para o boi ou associados a seu ciclo festivo, segundo Regina:

⁷ A atuação muito próxima de agentes de Estado e intelectuais junto a esses bois parece influenciar o reconhecimento dos grupos, a exemplo do que Abreu (2009, 2021) observou em suas pesquisas sobre o tambor de mina quanto à relação constituída entre os campos intelectual e religioso.

[...] não foi só o Boi de Leonardo. O comércio em si. Porque, quando você faz um ensaio, vem o ambulante vender. Se você faz comida na sua casa, já tem o açougueiro que fica contando com você para te fornecer material. Então, foi um impacto direto em mais de 300 pessoas ligadas ao bumba meu boi de Leonardo. [...] também, nesse período, nós tivemos algumas mulheres bordadeiras que ficavam aguardando [trabalho], que era certo a gente ter algumas peças reformuladas no próprio barracão [...] e peças novas que vinham (SANTOS, 2020).

No que concerne às dimensões simbólicas e religiosas do bumba meu boi, os grupos também sofreram com a perda de componentes, vitimados pela covid-19, e com a impossibilidade de realizar ritos considerados fundamentais, como o batizado e a morte do boi. A inobservância desses ritos é tradicionalmente associada a possíveis castigos imputáveis às divindades, os quais são temidos sobretudo pelos brincantes mais velhos e que brincam boi por promessa. “Como essas pessoas pagam essas promessas?” (SANTOS, 2020), perguntava-se Regina. Nadir, por sua vez, questionava: “Como fazer o batizado do boi sem ter... Sem aquele devoto estar presente diante do altar?” (CRUZ, 2020).

Como em outras festas populares dotadas de forte vinculação com o sagrado (BRIZUELA, 2020; CORREA et al., 2021), o recurso às tecnologias disponíveis por meio da internet constituiu uma estratégia importante para os bois, sobretudo em 2020, quando *lives* em plataformas como o YouTube, o Instagram e o Facebook se popularizaram⁸. A opção por executar alguns ritos com um número mínimo de praticantes e transmitir essas celebrações ao vivo para os brincantes através dos referidos canais de comunicação ajudou a cumprir com as tradições mais sagradas do Bumba Meu Boi da Floresta, na visão de Nadir.

A tradição... Nós acreditamos que não pode ser quebrado esse ciclo devocional, essas etapas da vida do bumba meu boi. Claro, não foi fácil, não teve apresentação pública, não teve os grandes encontros, arraiais, não. A cidade parou, e os grupos também. Só que nós encontramos uma alternativa de manter a parte religiosa, os rituais, de certa forma, foram cumpridos. Claro, um ritual dentro do barracão, com três pessoas. Com três pessoas. Mas a intenção foi muito louvável, porque nós conseguimos não deixar parar totalmente. A nossa maior discussão entre os fazedores de cultura era como a gente ia fazer com essa parte religiosa, sem quebrar o decreto de distanciamento social. Então, isso foi levado em consideração. Somente os rituais de portas fechadas. (CRUZ, 2020).

Nadir e sua equipe aderiram primeiro às *lives*, justamente no batizado do boi, e fizeram

⁸ Sob o instigante título *A falta que a festa faz*, Maria Laura Cavalcanti e Renata Gonçalves publicaram em livro 22 textos produzidos por pesquisadores que estiveram reunidos em um colóquio para discutir os efeitos da pandemia sobre diversas festas populares, do Norte ao Sul do Brasil e até em Portugal e no Uruguai (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2021). Nesse conjunto de textos, a palavra *live* aparece cerca de 180 vezes; Youtube, mais de 70 vezes; Facebook, cerca de 30; e Instagram, 13 vezes.

o Bumba Meu Boi da Floresta marcar presença nas redes sociais, com contas no Facebook, no Instagram e no Spotify. Na visão dela, “foi uma coisa que chegou para ficar” (CRUZ, 2020).

Nós fizemos o batizado do boi, e os devotos, que tinham suas promessas para pagar, que tinham as suas graças recebidas, eles ficaram em casa, acenderam a sua vela, fizeram a sua contrição, as suas orações, faziam um vídeo, gravavam e enviavam pra gente [...] [,] e nós circulamos nas redes sociais. Aqui no barracão nós tínhamos o mínimo do mínimo. [...] Não foi nada fácil ter que dizer para um brincante de bumba meu boi que tem a sua vida voltada para cá, para ele ficar em casa no dia do batizado. Não foi nada fácil! Mas a gente conseguiu, juntamente com o entendimento deles. (CRUZ, 2020).

O Boi da Liberdade já tinha canal do YouTube, página do Facebook e conta do Instagram quando a pandemia irrompeu, mas Regina não tinha habilidade para lidar com essas ferramentas e dependia da ajuda de alguém para gerenciar as redes sociais do grupo. Foi difícil adaptar-se ao que ela chama de “novo normal”, segundo ela.

Quando chegou na época, a gente muito satisfeita achando que estava todo mundo no modismo das *lives* – olha, se inscrevam, se inscrevam, que vai ser transmitido... – e a gente também se empolgou, achando que ia dar certo nesse sentido. Aí pediu uma atualização por falta de utilização do canal do YouTube. Aí começou a nossa saga [...], ficou muito difícil. [...] as pessoas olhando a nossa dificuldade com a ferramenta [...], então o pessoal começou a se dispor a mostrar como fazia e registrar. Não ficou sem registro. Não ficou *aqueeee* registro, mas nós registramos, conseguimos registrar. (SANTOS, 2020).

De portas fechadas – e janelas também, para evitar olhares de brincantes que transitavam pela rua –, os ritos sagrados foram realizados por um pequeno número de devotos na sede, excluídos os mais velhos, que, apesar de serem mais rigorosos em relação ao distanciamento social, criticavam a nova forma de celebrar o São João: “Daqui a pouco leva um castigo aí, está pagando não sabe o que é”, comentaram em relação a Regina, que nos contou a queixa entre risos. Já os mais novos, segundo ela, foram os que mais questionaram a decisão de fechar a sede: “O boi não vai brincar? E a promessa, como é que vai pagar?”.

A experiência inusitada de 2020 forçou o grupo inteiro a se mobilizar para uma necessária reorganização da vida cotidiana e das relações dos brincantes entre si e com demais moradores do bairro. Isso tem reforçado as conexões pessoais entre eles, mesmo que em meio a interações jocosas em um grupo de WhatsApp do boi.

E se tornou tão engraçado que, depois que nós começamos a utilizar as redes sociais, os mais velhos, até na pronúncia é esse nome engraçado: “Que horas que vai começar a nossa “liiive”?”. Mas porque ele está lendo *l – i – v – e*. Aí eu apago logo do grupo para não começar aquela anarquia! Porque quem está pronunciando, ele não sabe que está pronunciando “liiive”. Mas tem um parente, alguém, um neto, que vai levar a

conversa, e é aquele desgaste. Mas, enfim, as pessoas que estão assistindo, elas estão entendendo se é “laive” ou se é “live”, e nós estamos aí, resistindo. (SANTOS, 2020)

Os ajustes ritualísticos na brincadeira amenizaram as perdas e a tristeza provocadas pela pandemia, mas as agruras materiais das comunidades de brincantes e dos moradores da Liberdade demandaram das dirigentes dos maiores bois do quilombo medidas urgentes de caráter humanitário, intensificando sua atuação sociopolítica. O abatimento dos moradores era notório, segundo Nadir, portanto era necessário articular os grupos na realização de ações emergenciais de caráter humanitário.

No início não estávamos conseguindo nem dormir. A tristeza em não poder fazer o que a gente tem o hábito de fazer é muito difícil. E, como disse anteriormente, para massagear o nosso coração e o coração dos companheiros que não tiveram renda financeira, nós nos associamos a essas ações humanitárias, mas não foi nada fácil. (CRUZ, 2020).

Diante dos desafios criados ou aprofundados pela pandemia, o Boi da Liberdade e o Boi da Floresta se uniram em busca de apoio de entidades públicas, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e pessoas físicas para contornar ou dirimir problemas sociais que se avolumaram no quilombo da Liberdade. Segundo Regina, tais problemas passaram a ser “vistos e vivenciados tão de perto e tão repentinamente” (2020) que os coletivos culturais do lugar foram levados a olhar para sua vizinhança sob um prisma diferente, que o ambiente festivo-religioso camuflava, já que na brincadeira “tudo parecia bem e dentro da normalidade” (2020). Como ela sintetizou,

[...] nesse período de pandemia teve como a gente olhar realmente para dentro do bairro, ver as pessoas que necessitam [...]. E aí a gente se engajou nesses projetos [...], ajudando e conhecendo aquilo que era desconhecido até então para a gente, nossos vizinhos que a gente não conhecia a situação de vulnerabilidade mesmo, [...] até de miséria, que vive tão perto da gente e a gente tão atrelada aqui dentro à questão do bumba meu boi, a gente não tinha olhar. (SANTOS, 2020).

Foi nesse cenário que, sob a liderança de Regina e Nadir, componentes dos bois da Liberdade e da Floresta se engajaram em diversas ações sociais e culturais, demonstrando, tal como Serpa (2009, p. 181) observou a respeito de terreiros de candomblé e outros espaços culturais de Salvador, “a importância da articulação de conteúdos culturais e políticos em uma esfera pública urbana, constituída a partir de redes primárias de sociabilidade/solidariedade”. À semelhança de quilombolas do Pará (SOUSA; PIRES; ESPÍRITO SANTO, 2021), que realizaram campanhas de arrecadação de recursos, alimentos, kits de higiene pessoal e materiais de limpeza para distribuir aos mais necessitados, pessoas ligadas aos bois aderiram à oferta de

sopão para os moradores das palafitas.

O Boi da Floresta, segundo sua líder, já vinha desenvolvendo, na biblioteca e no centro de informática mantidos no seu barracão, alguns trabalhos sociais e educacionais para ampliar o exercício da cidadania no bairro, na perspectiva de que a “cultura também tem esse viés social, ela não é só feita para espetáculo e dança” (CRUZ, 2020). Dessa maneira, o boi já era reconhecido como um espaço de ação cidadã, de modo que, como explica Nadir,

[...] [as] instituições, assim como o governo do estado, encontram essas instituições culturais [os bois] como um segmento do seu trabalho. Então utilizam a instituição cultural para essa ação humanitária nesse período de dificuldade, de crise sanitária. [...] Então tudo isso fez com que a gente não se sentisse muito inútil. Porque, já que não podemos colocar o boi na rua, pelo menos nós estamos trabalhando a parte social. Isso engrandece muito e vem acalantar, massagear o nosso coração (CRUZ, 2020).

Uma das primeiras iniciativas dos bois foi uma força-tarefa junto à Cruz Vermelha e a outras entidades a fim de obter materiais e equipamentos de proteção para os profissionais de saúde destacados para o atendimento de pessoas que apresentavam os sintomas de covid-19 na Unidade Básica de Saúde da Liberdade, chefiada por Regina. Por meio de campanhas feitas junto a lojas de produtos têxteis da cidade, arrecadaram tecidos para a confecção de aventais e máscaras, estas últimas destinadas tanto aos profissionais de saúde quanto aos brincantes e à vizinhança em geral. Os mutirões de produção das peças foram organizados nas sedes dos grupos e envolveram costureiras que costumam trabalhar para eles (e, com a suspensão da festa, deixaram de ser contratadas). Essas mulheres, por sua vez, receberam auxílio financeiro pela produção de milhares de máscaras, como explica Regina:

Então vieram algumas costureiras, e foi como elas tiveram como ganhar algum trocado dentro desse movimento, confeccionando as máscaras a R\$ 1,50 cada. Isso aí foi bacana, porque havia uma disputa saudável entre elas para fazer o maior quantitativo de máscara para ter essa renda. (SANTOS, 2020).

Os bois da Floresta e da Liberdade também atuaram em parceria com a Central Única de Favelas (Cufa) no projeto Mães das Favelas, que levantou recursos da ordem de R\$ 187.596.960, em 2020, e R\$ 416.261.000,00, em 2021 (CUFA, 2022). Os fundos arrecados foram destinados ao auxílio de mães solteiras moradoras de favelas de todo o Brasil. Em São Luís, os trabalhos liderados por Nadir e Regina resultaram na identificação de 150 mães solo no quilombo urbano da Liberdade, vivendo em situação de brutal insegurança alimentar. A essas mulheres foram doadas cestas básicas, kits de higiene (sabão, máscaras, álcool em gel, pasta e escova dentais, xampu e condicionador), cartões com crédito para despesa em gêneros alimentícios e *chips* de celular com internet gratuita e acesso a aplicativos de estudos (MELÔNIO; FERNANDES, 2020).

O Boi da Floresta, especificamente, envolveu-se em projetos culturais alternativos para levar entretenimento ao público mais carente, sem deixar de seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto ao distanciamento social. Participou, por exemplo, do Webfestival Bumba Meu Reggae, realizado virtualmente para exaltar dois dos ritmos mais populares no Maranhão: o reggae e o bumba meu boi. Já no Programa Boiada da Floresta o grupo implementou o projeto Liberdade em Movimento, com o objetivo de promover o patrimônio cultural do quilombo urbano da Liberdade a partir da produção de pequenos vídeos que abordavam as histórias e o saber-fazer de cada artista ou grupo cultural contemplado.

Por fim, no âmbito do projeto Amo, poeta e cantador: Murais da Memória pelo Maranhão, o Boi da Floresta, em parceria com o artista urbano Gil Leros, homenageou mestres e cantadores de bois que são referência no estado, com a construção de dez murais de *grafitti* ilustrados com os rostos desses personagens. O projeto, apesar de não ter sido motivado pela pandemia, chamou atenção para a situação do bumba meu boi nesse período. Com apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que dobrou o valor arrecado em doações de entusiastas da cultura popular maranhense por meio do *crowdfunding*, o projeto ainda gerou um livro e um documentário sobre o processo de confecção dos murais e as memórias e histórias dos homenageados.

Além dos projetos expostos, Regina e Nadir participaram de diversas *lives* com outros produtores de cultura popular, pesquisadores e admiradores do bumba meu boi. Nesses eventos, ao se lançarem no “novo normal” das mídias sociais, atuaram como espécies de mulheres ciborgues – para usar o termo difundido por Haraway (2009) –, rompendo distâncias físicas e sociais para intensificar a participação sociopolítica dos bois junto a suas comunidades. Também exibiram o protagonismo de mulheres que, assim como elas, tomaram atitudes vigorosas no enfrentamento dos efeitos deletérios da pandemia. Como diz Regina, ao abraçar as causas humanitárias no boi, atraiu outras mulheres, “porque, quando uma mulher vem para um grupo desse, que até pouco tempo era de predominância masculina, é mais fácil você trazer outras mulheres para abraçar” (SANTOS, 2020).

Em certo sentido, Nadir e Regina encarnaram também o papel da mãe negra em um contexto sociocultural profundamente marcado pela colonialidade: mulher forte, dotada de saberes místicos e programada para dar conta de serviços pesados (SEGATO, 2006). Com sensibilidade, apelando para a força dos títulos de patrimônio do bumba meu boi que representam e para o prestígio que seus grupos têm no Maranhão, elas e suas colaboradoras procuraram prover um ambiente de confiança, aconchego, acolhimento, orientação e lazer aos seus iguais, no quilombo da Liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde março de 2020, a pandemia de covid-19 aprofundou a vulnerabilidade social dos moradores dos bairros de Camboa, Diamante, Fé em Deus, Liberdade e Sítio do Meio em São Luís (MA). Decorrentes da histórica marginalização a que têm sido submetidos, seus inúmeros problemas sociais remontam à incorporação da mão de obra africana escravizada no Brasil colonial e antecedem a emergência sanitária causada pelo novo coronavírus. Aliás, a população desses bairros enfrenta desde sempre problemas derivados de más condições de acesso a serviços de saúde, saneamento e outros. A pandemia, contudo, agravou o desemprego, a fome, a miséria e outras mazelas nos limites do quilombo urbano da Liberdade.

Diante disso, as líderes de dois dos principais grupos de bumba meu boi do Maranhão – ambos sediados na Liberdade –, vendo-se não só como donas dos bois, mas gestoras de um patrimônio cultural do Brasil, assumiram a tarefa de proteger a saúde e amenizar as dificuldades de suas comunidades. No momento em que a tradição de batucar, cantar e brincar na rua se tornou um interdito, Cláudia Regina Avellar Santos e Nadir Olga Cruz entenderam que a prioridade do Bumba Meu Boi da Liberdade e do Bumba Meu Boi da Floresta era zelar pelas pessoas que dependem material e simbolicamente dessa brincadeira popular.

No plano cultural, a principal inovação dos bois sob seu comando foi a adaptação de suas atividades ritualísticas e sociais às mídias digitais, propiciando encontros entre brincantes, pesquisadores e seguidores. Ao possibilitar que os brincantes, mesmo sem brincar, acompanhassem em tempo real e de qualquer lugar os ritos sagrados do bumba meu boi, o uso das redes sociais concedeu-lhes, de certa maneira, o acesso a experiências peculiares da festa. As próprias redes sociais tornaram-se ambientes festivos, aliás (ABREU, 2022), e é possível que continuem a ser ocupadas como tal, como diz Regina, em um “novo normal”. Ou, como diz Nadir, uma inovação que “chegou para ficar”.

A reinvenção que esses grupos promoveram, percorrendo o meio digital sob o comando de duas mulheres negras, atesta sua capacidade de liderança na busca por visibilidade e na defesa de seus interesses. Só em 2020 e 2021, ambos os bois realizaram quase uma centena de atividades virtuais com diferentes formatos e objetivos, a exemplo de: oficinas de toque e dança (com número reduzido de oficinairos); arrecadação de dinheiro e mantimentos a ser direcionados a mestres do bumba meu boi e de outras expressões do patrimônio imaterial maranhense; chamadas ao vivo (*lives*); e rodas de conversa virtual, promovidas em conjunto com outros coletivos culturais, universidades, ONGs do Maranhão e de todo o Brasil.

No plano material, a liderança de Nadir e Regina foi demonstrada em diferentes projetos de cunho humanitário voltados aos moradores da Liberdade. Embora as formas de ativismo praticadas *nos* e *a partir dos* bois da Liberdade e da Floresta não tenham incorporado elementos da brincadeira propriamente dita, as experiências narradas revelam o alto potencial desses grupos para promover articulações de conteúdos culturais e políticos a partir de suas redes de sociabilidade e solidariedade, de modo semelhante ao que Serpa (2009) notou em relação aos terreiros de Salvador.

As experiências também indicam a astúcia com que Regina e Nadir têm acionado o prestígio alcançado por seus bois ao longo de um processo relativamente recente, ocorrido nos campos político e intelectual, de valorização do bumba meu boi como elemento representativo da identidade maranhense. Decerto tal processo iniciou quando esses bois eram comandados pelos falecidos Leonardo e Apolônio, considerados mestres da cultura popular maranhense, mas é notório que suas sucessoras continuem a manter um alto nível de reconhecimento dos grupos nos círculos intelectuais e institucionais.

No comando de seus grupos, elas têm explorado o valor simbólico e patrimonial do bumba meu boi como lastro para suas iniciativas. Associada à noção de quilombo, aplicada à grande área da Liberdade, a noção de patrimônio reforça, nos projetos abraçados por elas, a importância de chamar atenção para os graves problemas sociais vivenciados no interior e no entorno do bumba meu boi. Desse modo, elas ultrapassam os discursos ideológicos denunciados por Gonzalez (2020, p. 226-227), que operam conscientemente para transformar a africanidade presente da cultura brasileira em mero atrativo turístico-cultural.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Antônio Jorlan Soares de. **O Bumba Meu Boi circulando nas redes sociais**. São Paulo: Dialética, 2022.
2. ABREU, Marilande Martins. **Um olhar sobre a tradição**: relacionando campo religioso e campo intelectual. São Luís: Edufma:Unicamp, 2009.
3. ABREU, Marilande Martins. O trabalho de campo e suas perspectivas: encontros antropológicos entre pesquisadora e sacerdote no tambor de mina. **Etnográfica**, Lisboa, v. 25, n. 3), p. 611-631, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.10704>. Acesso em: 02 out. 2022.
4. ALBERNAZ, Lady Selma. **O ‘urrou’ do Boi em Atenas**: instituições, experiências

- culturais e identidade no Maranhão. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
5. ALCÂNTARA, Enner Herenio de. Mudanças climáticas, incertezas hidrológicas e vazão fluvial: o caso do estuário do rio Anil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n.12, p. 158-173, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG238858630>. Acesso em: 02 out. 2022.
 6. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
 7. ALMEIDA, Raquel Santos. PAC Rio Anil: a periferia e os grandes projetos de infraestrutura e logística. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32, 2020, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2020. Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjMyNjgiO30iO3M6MT0ia-CI7czozMjoiYzViZjEwODQ1MTVzM2I3ODRlMjhhOTBhNTliOTBiNDciO30%3D>. Acesso em: 15 jun. 2022.
 8. ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **“Quilombo urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/762/1/ANA%20VAL%c3%89RIA%20LUCENA%20LIMA%20ASSUN%c3%87%c3%83O.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.
 9. AZEVEDO NETO, Antônio. **Bumba-meu-boi no Maranhão**. São Luís: Alumar, 1997.
 10. BEZERRA, Denilson da Silva. **O ecossistema manguezal em meio urbano no contexto de políticas públicas de uso e ocupação do solo na Bacia do Rio Anil, São Luís, Maranhão**. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.
 11. BRAGA, Ana Socorro Ramos. **Folclore e política cultural: a trajetória de Domingos Vieira Filho e a institucionalização da cultura**. 2000. 163 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.
 12. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
 13. BRIZUELA, Juan Ignacio. Lives, cestas básicas e os desafios da lei Aldir Blanc nos municípios do litoral norte e agreste baiano. **Cultura e pandemia. Boletim Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 89, n. 3, p. 86-89, 2020. Disponível em:

- https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim-V89-N-89-Agosto_2020.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.
14. CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Revista Extraprensa**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 7-21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903>. Acesso em: 18 jun. 2022.
 15. CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.
 16. CANO, Maria da Conceição Salazar. **O bumba meu boi como zona de contacto: trajetórias e ressignificação do património cultural**. 2018. 298 f. Tese (Doutorado em Patrimónios de Influência Portuguesa) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/87435>. Acesso em: 02 out. 2022.
 17. CARDOSO, Leticia Conceição Martins. De marginal a oficial: a fabricação do Bumba-meu-boi como símbolo de identidade do Estado do Maranhão. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 27-43, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18843>. Acesso em: 30 ago. 2022.
 18. CARVALHO, Maria Michol. **Matracas que desafiam o tempo: é o Bumba-meu-boi do Maranhão. Um estudo da tradição/modernidade na cultura popular**. São Luís: FUNCMA, 1995.
 19. CARVALHO, Luciana Gonçalves de. **A graça de contar: um Pai Francisco no bumba meu boi do Maranhão**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011
 20. CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata de Sá (org.). **A falta que a festa faz: celebrações populares e antropologia na pandemia**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
 21. CNFCP - Centro Nacional De Folclore e Cultura Popular. **Inventário Nacional de Referências Culturais do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão**. Rio de Janeiro: CNFCP, 2002.
 22. CORREA, Jhonatan Silva *et al.* Cultura e pandemia: as estratégias de superação e a necessidade da reinvenção nas festas religiosas de Congado. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 31, número especial 2, p. 93-102, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp2p93>. Acesso em: 02 out. 2022.
 23. CRUZ, Nadir Olga. **Bumba meu boi-bumbá: as brincadeiras de boi em 2020**. [S. l., s. n.], 22 jul. 2020. 1 vídeo (125 min). [Live]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4InjxdrG_J4&t=5640s&ab_channel=SacacaUfopa. Acesso em: 10 jun. 2022.
 24. CUFA - Central Única de Favelas. **Mães das Favelas**, 2022. Disponível em: <https://www.maesdafavela.com.br/>. Acesso em: 19 jun. 2022.
 25. DA MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo

- à brasileira. *In*: DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1984.
26. DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. **A indústria do Maranhão**: um novo ciclo. Brasília: IEL, 2008.
27. GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
28. HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
29. IPHAN - Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. **Dossiê do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão**. Brasília: Iphan, 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi(1).pdf). Acesso em: 02 out. 2022.
30. JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). *In*: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (org.). **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015. p. 241-167.
31. LIBERDADE, o maior quilombo urbano das Américas, terá rota turística com o Projeto pelas Vias da Liberdade. **Portal Guará**, São Luís, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/prefeitura-de-sao-luis-lanca-roteiro-turistico-guiado/>. Acesso em: 17 jun. 2022.
32. LIMA, Carlos de. **Bumba-meu-boi**. São Luís: Augusta, 1982.
33. LIMA, Zelinda. O bumba-meu-boi como o conheci (1ª parte). **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 28, p. 6-9, 2004.
34. MARQUES, Ester. **Mídia e experiência estética na cultura popular**: o caso do bumba-meu-boi. São Luís: Imprensa Universitária, 1999.
35. MELÔNIO, Talyene Cruz; FERNANDES, Luiza Fernandes. Boi da Floresta e musicares durante a pandemia do COVID-19. *In*: Jornada de Etnomusicologia, 7, 2020, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: UFPA, 2020. Disponível em: <https://docplayer.com.br/222477051-Anais-da-vii-jornada-de-etnomusicologia-e-v-colquio-amazonico-de-etnomusicologia.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.
36. PEREIRA, Jesus Marmanillo. Cenários de medo e as sociabilidades pandêmicas no Maranhão. *In*: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). **Tempos de pandemia**: reflexões sobre o caso Brasil. João Pessoa: Grem-Grei; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 85-119.
37. PRADO, Regina. **Todo ano tem**: as festas na estrutura social camponesa. 1977. 244

- f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
38. REGIÃO da Liberdade pode se tornar primeiro quilombo urbano de São Luís. **Portal G1**, São Luís, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/11/25/regiao-da-liberdade-pode-se-tornar-primeiro-quilombo-urbano-de-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.
39. REIS, José. Ribamar Sousa dos. **Bumba-meu-boi, o maior espetáculo popular do Maranhão**. São Luís: Lithograf, 2001.
40. RIO BRANCO, Washington Luis Campos. **Política e gestão ambiental em áreas protegidas em São Luís - Maranhão: o parque ecológico da Lagoa da Jansen**. 2012. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105040>. Acesso em: 02 out. 2022.
41. SANTOS, Abmalena Sanches. O universo do Boi da Ilha: um olhar sobre o bumba meu boi em São Luís do Maranhão. 2003. 165f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/661/1/arquivo4628_1.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.
42. SANTOS, Anna Karla de Almeida; PFLUEGER, Grete Soares. Modernidades industriais do Maranhão. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 13, p. e019021, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8656090>. Acesso em: 19 jun. 2022.
43. SANTOS, Claudia Regina Avellar. **Patrimônios, museus e reexistências: as festas populares**. [S. l., s. n.], 2 jul. 2020. 1 vídeo (127 min). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=03caj_5PVes&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLc-CmswhwYRHb4yDP&index=3&ab_channel=TVABA. Acesso em: 04 out. 2020.
44. SANTOS, Rosenverck Estrela. Hip hop e educação popular em São Luís do Maranhão: uma análise da organização social “Quilombo Urbano”. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.
45. SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. **Série Antropologia**, Brasília, n. 400, p. 1-21, 2006.
46. SERPA, Ângelo. Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador: relações entre cultura e política na articulação de novos conteúdos para a esfera pública urbana. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 6, n. 9, p. 155-191, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12553/8043>. Acesso em: 02 out. 2022.
47. SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado

- em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AJJKW4>. Acesso em: 02 out. 2022.
48. SONODA, Katerine da Cruz Leal; ASSIS, Simone Gonçalves de; SCHENKER, Miriam. Estratégias de enfrentamento da violência urbana por ativistas sociais do Rio de Janeiro. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 749-767, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2022.
49. SOUSA, Ádria Fabíola Pinheiro de; PIRES, Elielma de Jesus; ESPÍRITO SANTO, Mário do. Tradições e inovações culturais quilombolas: festas, rezas e batuques com isolamento social. *In*: CARVALHO, Luciana Gonçalves de; NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso; NASCIMENTO, Veridiana Barreto do (org). **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. Belém: Numa: UFPA, 2021. p. 145-164.
50. SOUSA, Arinaldo Martins de. **Dando nome aos bois**: a apropriação do bumba-meu-boi maranhense e sua invenção como artefato político. São Luís: Edufma, 2021.
51. SOUZA, Marcelo Lopes de. Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 6, n. 9, p. 9-26, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12553/8043>. Acesso em: 02 out. 2022.
52. TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: Fipes, 1981.
53. VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/685>. Acesso em: 02 out. 2022.
54. VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão**: 1896-1934. São Luís: Lithograf, 1992. v. 3 (Reedição facsimilar da Associação Comercial do Maranhão).

Luciana Gonçalves de Carvalho

Professora Associada, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, ambos da Universidade Federal do Oeste do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Doutora em Antropologia Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7916-9092>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados, redação e revisão. E-mail: luciana.carvalho@ufopa.edu.br

Wilmará Aparecida Silva Figueiredo

Assessora de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas na Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís. Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4153-9371>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados e redação. E-mail: willmara.figueiredo@gmail.com